

Sugestionabilidade Interrogativa em Mulheres Vítimas de Violência Conjugal

Diana Cunha e Maria Salomé Pinho

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação
Universidade de Coimbra

Resumo

Considerando o aumento de casos de violência conjugal que chegam ao sistema de justiça, este estudo visou analisar a vulnerabilidade à sugestionabilidade de mulheres vítimas deste crime. Administraram-se individualmente, a 60 mulheres (30 vítimas de violência conjugal e 30 não vítimas), a Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson 2, uma tarefa de Memória da Fonte, o Inventário de Assertividade de Auto-Resposta, o *Brief Cope*, o Inventário de Sintomas Psicopatológicos e o Inventário de Violência Conjugal. As participantes vítimas de violência conjugal revelaram-se menos sugestionáveis do que as participantes não vítimas. Este resultado pode explicar-se atendendo a sinais, muitas vezes presentes em vítimas de violência conjugal, como a hipervigilância e a desconfiança face aos outros.

Palavras-chave sugestionabilidade interrogativa, violência conjugal, assertividade, estilos de *coping*, sintomas psicopatológicos.

Abstract

Interrogative Suggestibility in Women Victims of Couple Violence

Considering the increasing number of couple violence cases that are coming into the justice system, this study analyzes the vulnerability to suggestibility of women victims of this crime. Individually, were administered to 60 women (30 victims of couple violence and 30 non-victims), the Gudjonsson Suggestibility Scale 2, a Source Memory task, the Assertiveness Self-Report Inventory. The Brief Cope, the Brief Symptoms Inventory and the Couple Violence Inventory. The women who were victims of couple violence were less suggestible than non-victims participants. This result may be understood in view of the features often present in victims of couple violence, such as hypervigilance and distrust of others.

Keywords interrogative suggestibility, couple violence, assertiveness, coping styles, psychopathological symptoms.

Résumé

Sugestionabilité Interrogative chez Femmes Victimes de Violence Conjugale

Compte tenu du nombre croissant des cas de violence conjugale qui viennent demander l'intervention de la justice, cette étude visait à analyser la vulnérabilité à la suggestibilité chez femmes victimes de ce crime. À 60 femmes (30 victimes de violence conjugale et 30 non-victimes) on a administré individuellement l'Échelle de Sugestionabilité de Gudjonsson 2, une tâche de Mémoire de la Source, l'Inventaire d'Auto-Évaluation de l'Assertivité, le Brief Cope, l'Inventaire des Symptômes Psychopathologiques et l'Inventaire de la Violence Conjugale. Les femmes victimes de violence conjugale étaient moins influençables

que les participantes non-victimes. Ce résultat peut être compris compte tenu des caractéristiques souvent constatées chez les victimes de violence conjugale, telles que l'hyper vigilance et la méfiance des autres.

Mots-clés suggestibilité interrogative, violence conjugale, assertivité, coping styles, symptômes psychopathologiques.

Introdução

As dinâmicas relacionais subjacentes às situações de violência na intimidade constituem, para muitos dos profissionais que operam no sistema de justiça português, uma área pouco conhecida. Para além deste facto, alguns preconceitos (e.g., tolerância perante a violência, culpabilização da vítima) e práticas judiciais (e.g., sucessivas idas a tribunal, confrontos com o agressor e respectivo advogado, exames e perícias médicas, interrogatórios e delongas processuais) constituem uma forma de vitimação secundária das mulheres vítimas de violência conjugal, podendo desmotivar a denúncia e comprometer o desenvolvimento do procedimento criminal (Bravo, 2009).

Perante o crescente número de casos de violência conjugal que chega ao sistema de justiça português (e.g., entre o ano de 2003 e o ano de 2007, o número de queixas registadas, apenas pela Polícia de Segurança Pública (PSP), subiu de 8436 para 10880) e a inexistência de investigações publicadas sobre a sugestionabilidade interrogativa em mulheres vítimas deste tipo de crime, no presente estudo procurou-se averiguar se estas mulheres apresentam maior vulnerabilidade para construir relatos enviesados, quando submetidas a interrogatórios sugestivos. Neste âmbito, a violência conjugal foi considerada como um conjunto de condutas abusivas e intencionais (Matos, 2005) perpetradas pelo homem contra a mulher, dado que esta forma de agressão constitui cerca de 86% dos casos de violência conjugal registados pela PSP, no período de 2000-2007 (<http://www.psp.pt/Pages/programasespeciais/violenciadomestica.aspx?menu=2>).

Neste trabalho, iremos abordar a questão da sugestionabilidade interrogativa, considerando alguns dos seus aspectos conceptuais e como é que esta pode ser avaliada através das Escalas de Sugestionabilidade de Gisli Gudjonsson (1984, 1987) e, seguidamente, debruçar-nos-emos sobre a questão da violência conjugal, enquanto agressão exercida pelo homem contra a mulher, considerando a sua delimitação conceptual, consequências desta forma de violência para as vítimas mulheres e a relação com a sugestionabilidade. Posteriormente, será apresentado o estudo empírico realizado.

1. Sugestionabilidade interrogativa

A sugestionabilidade interrogativa apresenta um conjunto de características que a distinguem de outros tipos de sugestionabilidade (e.g., sugestionabilidade hipnótica): (i) colocação de questões num contexto de interacção social fechada; (ii) essas questões focarem experiências passadas, eventos e recordações, contrariamente a outros tipos de sugestionabilidade centrados nas experiências motoras e sensoriais da situação imediata; (iii) inclusão de um componente de incerteza, relacionado com a capacidade de processar cognitivamente informação; e, por último, (iv) existir uma sobrecarga de *stress* nos interrogatórios, em contexto judicial, com importantes consequências para o relato feito por testemunhas, vítimas e suspeitos (Gudjonsson, 1997). Tem sido definida como «o grau em que, num contexto de interacção próxima, um indivíduo aceita mensagens comunicadas por outrem, alterando, conseqüentemente, as suas respostas» (Gudjonsson, 1997:1).

Existem duas formas distintas e independentes de sugestionabilidade interrogativa (Gudjonsson e Clark, 1986): uma diz respeito ao impacto das perguntas sugestivas nas respostas das testemunhas e a outra refere-se ao grau em que os/as entrevistados/as são capazes de alterar respostas através do desafio e do *feedback* negativo (indicação de que as respostas dadas são incorrectas), ou seja, em que medida são susceptíveis à influência da pressão interrogativa (Gudjonsson *cit. in* Howard e Hong, 2001). Visando medir estas duas formas de sugestionabilidade, Gudjonsson, em 1984 e em 1997, criou duas versões paralelas da Escala de Sugestionabilidade (GSS – *Gudjonsson Suggestibility Scales*).

As duas medidas principais, retiradas das GSS, são as respeitantes aos resultados *cedência 1* e *mudança*. A primeira refere-se ao número de questões sugestivas a que o sujeito respondeu afirmativamente, antes da introdução de *feedback* negativo, e a segunda ao número de respostas alteradas pelo sujeito, após a introdução de *feedback* negativo. Podem, ainda, obter-se as seguintes medidas: *evocação imediata*, *evocação diferida* (cinquenta minutos após a evocação imediata), *cedência 2* (número de questões sugestionáveis a que o sujeito responde afirmativamente após a introdução de *feedback* negativo), *sugestionabilidade total* (soma dos resultados *cedência 1* e *mudança*) e *confabulação* (aspectos imaginários, tidos pelo próprio sujeito como verdadeiros, preenchem lacunas da memória) (Gudjonsson, 1997: 4).

Para que um indivíduo aceite a informação sugestiva, numa determinada situação de interrogatório, é fundamental a presença dos seguintes requisitos: a *incerteza* acerca do conteúdo da entrevista – o sujeito desconhece a resposta correcta à questão colocada; a *confiança interpessoal* – o sujeito não desconfia das intenções do entrevistador, julgando-as genuínas, honestas, acreditando num questionamento sem truques; e as *expectativas* do seu desempenho – os sujeitos crêem que devem dar uma resposta concreta (em vez de *não sei*, por exemplo) ou saber a resposta correcta para a questão colocada (Gudjonsson, 1997).

2. Violência conjugal enquanto agressão exercida pelo homem contra a mulher

A violência conjugal apresentou-se, até ao início do século XX, como uma dinâmica familiar aceite, alimentada, silenciada e transmitida, geracionalmente, por raízes culturais muito assentes no patriarcado (Neves, 2008; Silva, 1995). Segundo Carla Machado (2005), a violência conjugal é com frequência associada à representação da mulher como inferior, submissa e dependente do homem. Assim, a repartição do poder entre homens e mulheres é desigual, culminando na subordinação destas ao poder masculino nos planos familiar, sexual, económico, social e político (Coimbra, 2007). Madalena Alarcão (2006) refere que, em geral, o poder se estrutura em função do sexo e da idade, sendo que o sexo masculino é o dominante na nossa sociedade. Assim, espera-se da mulher uma atitude de submissão, afectividade e dependência económica, por oposição à autoridade, virilidade e responsabilidade pelo sustento da família, atribuídas, neste contexto, ao homem (Silva, 1995). Desta forma, os homens são socializados para afirmar a sua masculinidade, praticando acções de poder nesse sentido e as mulheres, perante uma socialização orientada para a referida feminilidade, submetem-se, muitas vezes, ao poder dos homens (Neves, 2008).

Neste contexto patriarcal, a violência pode ser perpetrada em locais diversos, na comunidade ou na intimidade, e segundo modalidades distintas: simbólica, cultural, económica e institucional (Coimbra, 2007). Esta última refere-se a um tipo de violência praticado pelos diferentes agentes estatais (e.g., polícia, guardas prisionais), discriminando e maltratando as mulheres (e os homens) através de costumes antigos, de leis políticas e religiosas, da tolerância perante a violência e culpabilização da mulher, entre outros (*idem*). Frequentemente, a carência de conhecimentos sobre as dinâmicas relacionais subjacentes às situações de violência na intimidade e os preconceitos existentes, por parte dos profissionais que operam no sistema de justiça português, bem como a própria estrutura, organização e procedimentos deste sistema, contribuem para a vitimação secundária destas mulheres e, ainda que de forma inconsciente, para a sua submissão a formas sugestivas de interrogatório.

A definição de violência conjugal está longe de ser consensual e, desde os primeiros estudos até à actualidade, foi sofrendo evoluções significativas (Matos, 2002; Neves, 2008; Pais, 2010; Rosen, *et al.*, 2005). Apesar da diversidade de definições existentes, é possível destacar alguns pontos comuns, tais como: o carácter abusivo e intencional das condutas perpetradas sobre o parceiro; a obtenção de poder e controlo na relação como factor inerente a este tipo de comportamentos agressivos; a variedade de comportamentos que podem constituir formas de violência conjugal (desde os mais camuflados aos mais evidentes ou dos mais psicológicos aos mais físicos) e que, não raras vezes, surgem conjuntamente; a tendência destas condutas para escalar em termos de gravidade e frequência (Almeida, 2001; Matos, 2005).

O risco das vítimas de violência conjugal desenvolverem perturbações psi-

cológicas é mediado por um conjunto de factores, tais como frequência de maus-tratos, grau de violência envolvida e tipo de actos levados a cabo (Browne *cit. in* Matos e Machado, 1999), relação existente com o agressor, condições em que se verificaram os maus-tratos, história prévia, gravidade dos ferimentos infligidos, sistema de apoio e recursos disponíveis (Hoff *cit. in* Matos e Machado, 1999). Alguns autores sugerem, ainda, que a rede de apoio social e as estratégias de *coping*, utilizadas pelas vítimas de violência conjugal constituem meios de diferenciação dos níveis de impacto psicológico face à experiência deste tipo de violência (Lee, Pomeroy, e Bohman, 2007).

Porém, independentemente dos factores de protecção disponíveis, esta população apresenta, com alguma frequência, um conjunto de sinais físicos e também psicológicos (Almeida, 2001; Machado, Matos, e Gonçalves, 2006; Matos, 2002; Matos e Machado, 1999) como, por exemplo, perturbações cognitivas (e.g., *flashbacks*, pesadelos, dificuldades de atenção e concentração, confusão mental) e, em particular, de memória que comprometem competências de tomada de decisão. A este propósito interessa salientar que foi demonstrado, em alguns estudos, que a sugestionabilidade se correlaciona, significativamente, com a memória (Gudjonsson, 2003). Assim, pessoas com capacidade mnésica mais baixa tendem a apresentar níveis mais elevados de sugestionabilidade. Com vítimas de violência conjugal que obedecem ao padrão cognitivo supracitado, designadamente, no que respeita a défices mnésicos que podem resultar num reforço da *incerteza* durante o interrogatório, criam-se condições favoráveis à ocorrência de respostas sugestionáveis (Polczyk, *et al.*, 2004). Dada a frequência de confusão mental, presente na população em análise, são de esperar algumas dificuldades ao nível da monitorização da fonte ou da capacidade de diferenciação entre várias fontes da informação armazenada na memória. Por seu turno, parece existir uma correlação negativa entre a sugestionabilidade e a capacidade de memória da fonte (Lieberman, 2002), em vítimas de violência conjugal.

Importa conhecer que a auto-estima, segundo vários estudos, parece estar negativamente correlacionada com a sugestionabilidade interrogativa (Gudjonsson, 2003). Este resultado apoia a ideia de que o *feedback* negativo, quando aceite pelo sujeito, pode provocar uma forte reacção emocional e fisiológica que, por sua vez, poderá resultar num incremento da incerteza e num decréscimo da auto-estima. Uma vez diminuída, esta pode resultar em pensamentos e estratégias de *coping* debilitantes, favoráveis à aceitação da sugestão (Gudjonsson, 2003).

Ainda neste âmbito, pode inferir-se a possibilidade das mulheres vítimas de violência conjugal manifestarem um padrão comunicacional pouco assertivo, sobretudo em contextos de relacionamento conjugal. Este padrão seria devido à própria dinâmica/jogo de poder, experienciado na relação amorosa, na qual o companheiro ocupa uma posição *one-up*, em detrimento da posição *one-down*¹ da

¹ A complementaridade relacional admite duas posições distintas na comunicação: a *one-up*, em que o indivíduo lidera ou orienta a comunicação, e a *one-down*, na qual o sujeito molda o seu comportamento ao do outro, respondendo a este último (Alarcão, 2006).

mulher. A verificar-se, esta situação também pode contribuir para maior vulnerabilidade à sugestão por parte destas mulheres, até porque se supõe que, segundo o modelo de Gudjonsson-Clark (1986), pessoas pouco assertivas tenham dificuldade em implementar estratégias de *coping* favoráveis à resistência à sugestão, perante a incerteza e as expectativas da situação de interrogatório (Gudjonsson e Clark, 1986). De facto, Gudjonsson e Clark (1986) encontraram uma correlação negativa entre estes dois conceitos (assertividade e sugestionabilidade). Uma possível explicação prende-se com a possibilidade dos sujeitos terem medo elevado de uma avaliação negativa que iniba os comportamentos assertivos (Dunbar, *et al. cit. in* Gudjonsson, 2003), bem como a mobilização de estratégias de *coping* que possam favorecer a resistência à sugestão, durante a situação de interrogatório (Gudjonsson, 2001).

Outras características observadas nas vítimas de violência conjugal referem-se a perturbações de ansiedade (Almeida, 2001; Machado, Matos, e Gonçalves, 2006; Matos, 2002; Matos e Machado, 1999). Estas, também, parecem mediar, significativamente, a sugestionabilidade, mais especificamente, a «ansiedade estado». Gudjonsson (2003) concluiu que as correlações positivas entre a ansiedade e a sugestionabilidade se tornam mais significativas quando se trata da «ansiedade estado», medida durante o questionamento sugestivo, por oposição à «ansiedade traço», avaliada antes do mesmo.

Perante estes factores de vulnerabilidade, Lester Friedman e Neil Shulman (1990) apelam à necessidade «de uma consideração especial», no sistema de justiça e nas conceptualizações individuais e sociais acerca do fenómeno de violência conjugal. Por outro lado, é, ainda, essencial desconstruir um passado marcado pela «regra patriarcal» (Silva, 1995) e (re)formular um discurso interno que assinala, definitivamente, a igualdade de poder entre sexos e, desta forma, imprimir aos silenciosos gritos privados, o ruído necessário para que estes se oiçam fora das paredes do lar.

Estudo empírico

1. Método

Administrou-se, individualmente, a 60 mulheres, 30 vítimas de violência conjugal (grupo 1) e 30 mulheres não vítimas deste tipo de violência (grupo 2), a Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson 2 (GSS 2) (Gudjonsson, 1997; versão portuguesa de Capelo, *et al.*, 2007). Entre a primeira e a segunda evocações da história gravada da GSS 2 aplicou-se, pela ordem que se segue, uma tarefa de Memória da Fonte², o Inventário de Assertividade de Auto-Resposta (ASRI)

² Apresentação de oitenta cartões, metade dos quais continham desenhos (retirados da base de desenhos de Snodgrass e Vanderwart (1980)) e a outra metade palavras escritas respeitantes a objectos concretos. Na fase de teste apresenta-se uma lista de cento e vinte palavras, das quais

(Herzberg, *et al.*, 1984), o *Brief COPE* (Carver, 1997; adaptação portuguesa de Pais-Ribeiro e Rodrigues, 2004) e o Inventário de Sintomas Psicopatológicos (BSI) (Derogatis, 1993; versão portuguesa de Canavarro, 1999, 2007). Depois da evocação diferida, o examinador colocou as vinte questões da GSS 2, quinze das quais sugestivas, tendo a participante de responder «*sim*» (caso considerasse que o conteúdo da questão estava correcto), «*não*» (quando o conteúdo fosse reconhecido como errado ou não correspondente ao que de facto tinha sucedido) ou «*não sei*» (na situação de não se recordar da informação pedida pela questão ou no caso dessa informação não ter sido referida, durante a audição da história). A seguir, foi introduzido o *feedback* negativo, relativo à prestação das participantes. Este consistiu em comunicar-lhes, de modo assertivo, que tinham cometido vários erros. Assim, pedia-se às participantes que prestassem mais atenção às vinte questões (já colocadas) que iriam ser, outra vez, repetidas. Concluída a aplicação da GSS 2, procedeu-se à administração do Inventário de Violência Conjugal (IVC) (Machado, Matos, e Gonçalves, 2000). Este instrumento permitiu excluir do grupo 2, as mulheres que assinalaram positivamente *itens* relativos à experiência de vitimação. Tal facto verificou-se apenas com duas participantes (inicialmente contactadas para constituírem o grupo 2) que transitaram para o grupo 1.

A administração de todos instrumentos esteve a cargo da primeira autora, ocorreu numa única sessão (durante aproximadamente 60 minutos), seguindo-se o mesmo procedimento para ambos os grupos. O local de aplicação do referido protocolo foi variável, de acordo com as preferências das participantes (e.g., a sua própria casa, gabinetes das instituições de apoio a vítimas de violência doméstica), garantindo-se sempre contextos favoráveis ao desempenho das tarefas solicitadas (ambiente tranquilo e confortável, com condições de luminosidade, de temperatura, de acústica e de privacidade adequadas).

As mulheres pertencentes ao primeiro grupo tinham idades entre os 24 e os 53 anos ($M = 38.20$, $DP = 6.57$), e foram recrutadas em instituições de apoio a vítimas de violência doméstica. As que constituíram o segundo grupo, com idades entre os 24 e os 48 anos ($M = 37.47$, $DP = 8.31$), foram recrutadas através da rede de pessoas conhecidas da primeira autora (processo «bola de neve»). Não se encontraram diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos, quer no que respeita à idade [$t(58) = .33$, $p = .744$], quer relativamente à escolaridade [$\chi^2(4, N = 60) = 3.07$, $p = .547$] que variou entre o 4.º ano e o grau de mestre.

quarenta correspondem aos desenhos visualizados, quarenta às palavras visualizadas e as restantes quarenta não foram visualizadas durante a fase de estudo (metade relacionada com o material visualizado e a outra metade não relacionada). As participantes assinalavam, para cada uma das cento e vinte palavras, se tinha sido apresentada como desenho, como palavra escrita ou se não apareceu nos cartões exibidos.

2. Resultados

No âmbito do presente estudo são apresentados resultados relativos aos seguintes aspectos: diferenças entre grupos quanto à sugestionabilidade (GSS 2), memória do *item* (história da GSS 2 e teste de reconhecimento dos *itens* na tarefa de Memória da Fonte), memória da fonte (tarefa de Memória da Fonte), assertividade (ASRI), estilos de *coping* (Brief COPE) e sintomatologia psicopatológica (BSI), e relação entre memória da fonte, assertividade, estilos de *coping*, sintomatologia psicopatológica e sugestionabilidade.

Verificou-se a existência de diferenças, estatisticamente significativas, entre o grupo 1 e o grupo 2, nos seguintes resultados: *mudança* (GSS 2) [$t(58) = -2.78, p = .007$], *sugestionabilidade total* (GSS 2) [$t(58) = -2.77, p = .008$], *taxa de falsos alarmes* (tarefa de Reconhecimento da Fonte) [$t(58) = -2.01, p = .049$], *sensibilidade interpessoal* (BSI) [$t(58) = 2.97, p = .004$], *coping autodistracção* (Brief Cope) [$t(58) = 2.36, p = .022$] e *Índice de Sintomas Positivos* (BSI) [$t(58) = 2.18, p = .033$]. O grupo 1 e o grupo 2 apresentaram ainda diferenças, marginalmente significativas, no que respeita aos resultados *cedência 1* [$t(58) = -1.92, p = .060$], *cedência 2* [$t(58) = -1.92, p = .059$] e *depressão* (BSI) [$t(58) = 1.92, p = .060$].

Adicionalmente, uma vez que os grupos não diferiram entre si quanto à memória da fonte, averiguou-se se existiam diferenças quanto ao tipo de *itens* (palavras *versus* desenhos) na amostra total. Verificou-se que a memória da fonte para desenhos ($M = .74, DP = .16$) foi superior à memória da fonte para palavras ($M = .49, DP = .24$), sendo esta diferença estatisticamente significativa [$t(59) = -8.19, p < .001$].

Verificaram-se as seguintes associações, estatisticamente significativas: uma correlação positiva entre a *sugestionabilidade total* e a *taxa de falsos alarmes* [$r(28) = .43, p = .017$], no grupo 1 e uma correlação negativa entre a *sugestionabilidade total* e o estilo de *coping expressão de sentimentos* [$r(28) = -.41, p = .024$], no grupo 2. Foram também encontradas correlações, estatisticamente significativas, no grupo 1, relativamente a todas as variáveis: a *evocação imediata* e a *sugestionabilidade total* correlacionaram-se no sentido negativo [$r(28) = -.48, p = .007$], bem como a *evocação diferida* e a *sugestionabilidade total* [$r(28) = -.58, p = .01$]; as variáveis *cedência 1*, *cedência 2* e *mudança* correlacionaram-se, positivamente, com a *sugestionabilidade total* [$r(28) = .89, p < .001$; $r(28) = .73, p < .001$ e $r(28) = .73, p < .001$; respectivamente]. Relativamente ao grupo 2, verificaram-se também correlações positivas, estatisticamente significativas, entre as variáveis *cedência 1*, *cedência 2* e *mudança* com a *sugestionabilidade total* [$r(28) = .88, p = .001$; $r(28) = .75, p < .001$; $r(28) = .71, p < .001$; respectivamente].

3. Discussão dos resultados

A cultura portuguesa está impregnada de estereótipos, preconceitos e discriminações de género, muitos deles contra as mulheres, que acabam por «habi-

tar» o consciente ou o inconsciente dos indivíduos, inclusivamente daqueles que actuam no sistema de justiça (Pimentel, 1998). É provável que muitos dos interrogatórios realizados no contexto policial e jurídico se encontrem contaminados por esses conteúdos discriminatórios, representando um perigo de injustiça acrescido para vítimas com maior vulnerabilidade à sugestão. O presente estudo procurou analisar a sugestionabilidade interrogativa num grupo de mulheres vítimas de violência conjugal e, adicionalmente, averiguar a existência de relações entre a sugestionabilidade interrogativa e os seguintes aspectos: memória do item e da fonte, assertividade, estilos de *coping* e traços psicopatológicos.

3.1. Sugestionabilidade interrogativa (GSS 2) e suas relações com traços psicopatológicos (BSI)

A literatura indica que as vítimas de violência conjugal apresentam, geralmente, índices superiores de ansiedade (Almeida, 2001; Machado, Matos, e Gonçalves, 2006) e que esta, por sua vez, se relaciona, positivamente, com a sugestionabilidade interrogativa (Gudjonsson, 2003). Porém, no presente estudo, não se verificou a existência de uma maior vulnerabilidade à sugestão por parte do grupo de participantes vítimas de violência conjugal, pois as participantes não vítimas apresentaram valores mais elevados e estatisticamente significativos de sugestionabilidade interrogativa. É de assinalar que também não foram encontradas diferenças, estatisticamente significativas, entre os dois grupos quanto à ansiedade e que esta não se correlacionou positivamente com a sugestionabilidade. Ainda no que respeita a esta dimensão do BSI, ambos os grupos apresentaram resultados médios ($M = 1.52$, $DP = 1.12$ e $M = 1.22$, $DP = 0.61$, respectivamente, grupo 1 e grupo 2), comparando com os dados normativos disponíveis para a população geral portuguesa (Canavarro, 2007).

Para explicar os resultados obtidos, várias hipóteses podem ser levantadas. Frequentemente, as mulheres vítimas de violência conjugal apresentam sinais de hipervigilância e desconfiança face aos outros (Almeida, 2001; Machado, Matos, e Gonçalves, 2006), o que pode abalar a *confiança interpessoal*, um dos factores essenciais para que a vulnerabilidade à sugestão se concretize. De notar que as participantes que constituem o grupo 1 foram recrutadas em instituições vocacionadas para apoiar vítimas de violência conjugal. Desta forma, poderá ter acontecido que muitas delas, no momento da realização deste estudo, devido ao apoio prestado pela instituição, já tivessem conseguido minimizar o impacto da situação de vitimação, indiciando a adopção de uma postura proactiva e de mobilização de estratégias que possam conferir resistência à sugestão. Para além disto, verifica-se que cerca de metade (47%) das mulheres que constituem o grupo 1 se encontram separadas do agressor (ainda que recentemente), o que poderá ter contribuído para uma minimização de sintomas derivados da experiência de violência conjugal. Todavia, relativamente a este último aspecto, resultados obtidos no BSI, quanto ao *Índice de Sintomas Positivos*, mostraram que o grupo das partici-

pantes vítimas de violência conjugal é superior ao grupo das participantes não vítimas. Comparando com os dados normativos disponíveis para a população geral portuguesa ($M = 1.56$, $DP = .39$), o grupo 1 ($M = 2.13$, $DP = .68$) encontra-se acima da média, já o grupo 2 ($M = 1.80$, $DP = .45$), se considerarmos o desvio padrão, obteve resultados médios (Canavarro, 2007).

Um outro aspecto a considerar prende-se com a diferença, estatisticamente significativa, encontrada ao nível da dimensão *sensibilidade interpessoal* do BSI³. Provavelmente, as mulheres do grupo 1 (vítimas de violência conjugal), nas interacções sociais (contexto particularmente relevante para o estudo da sugestionabilidade), apresentam mais sentimentos de inferioridade, autodepreciação, desconforto e timidez, em comparação com as do grupo 2. Assim, as participantes vítimas de violência conjugal poderiam ter respondido mais vezes «não sei» às questões da GSS 2 (o que se verificou na análise qualitativa das respostas dadas) por se sentirem pouco capazes e inseguras na sua resposta. As respostas do tipo «não sei» podem dever-se a uma falta de conforto para as participantes do grupo 1 responderem o que realmente pensam (*sensibilidade interpessoal*) e não ao facto de não se lembrarem do conteúdo da história da GSS 2 (não existem diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos no que respeita às *evocações imediata e diferida*). Tais respostas recebem cotação zero para os valores *cedência*, contribuindo para a obtenção de valores mais baixos na *sugestionabilidade total*. De notar, ainda, que uma resposta desta natureza também poderá ser menos susceptível de alteração, o que originaria resultados *mudança* igualmente reduzidos. Esta diferença de pontuação entre o grupo 1 e 2 verifica-se de forma estatisticamente significativa para o resultado *mudança* e de forma marginalmente significativa para os resultados *cedência 1* e *cedência 2*.

Retomando o resultado *sugestionabilidade total* obtido com a GSS 2, verificaram-se, em ambos os grupos estudados, valores de correlação que variaram entre alto e elevado com *cedência 1*, *cedência 2* e *mudança*, o que poderá constituir um indicador de que a sugestionabilidade interrogativa avaliada por esta escala não é apenas uma medida de memória, mas contempla a tendência para ceder à pressão, considerada como uma ‘medida social’ (Baxter e Boon, 2000).

3.2. Memória da fonte e memória do item

No presente estudo, não se verificou uma relação negativa e estatisticamente significativa entre a sugestionabilidade e a memória da fonte. Comparando as duas fontes de informação, desenhos e palavras, verificou-se que as participantes deste estudo conseguiram uma melhor monitorização da fonte de

³ Comparando os resultados obtidos com os dados normativos para a população geral portuguesa ($M = .96$, $DP = .73$) verifica-se que, quer o grupo 1, quer o grupo 2 obtiveram resultados médios, tendo em conta o desvio padrão ($M = 1.63$, $DP = .89$ e $M = 1.03$, $DP = .65$, respectivamente).

informação quando o material a recordar era constituído por desenhos. Estes resultados são convergentes com um estudo realizado por Noelle Brown (2007).

Observou-se a existência de uma relação negativa e estatisticamente significativa entre a sugestionabilidade e a memória do *item*, medida através das *evocações imediata e diferida* na GSS 2, apenas para o grupo 1 (mulheres vítimas de violência conjugal), verificando-se uma associação negativa, moderada e estatisticamente significativa entre a *evocação imediata*, a *evocação diferida* e a *sugestionabilidade total*. Este resultado apoia a ideia, já referida, de que a sugestionabilidade medida pela GSS 2 não é unicamente uma medida de memória.

Para a *taxa de falsos alarmes*, a correlação encontrada revelou-se estatisticamente significativa, apresentando um valor considerado também moderado. Os resultados mostraram, apenas, que os dois grupos diferem de forma estatisticamente significativa no que concerne à *taxa de falsos alarmes*, tendo o grupo 2 (mulheres não vítimas) cometido mais erros deste tipo. Este resultado ganha sentido neste contexto, dado que o grupo 2 se revelou mais sugestionável.

3.3. Assertividade

As participantes vítimas de violência conjugal poderiam ser menos assertivas do que as participantes controlo, dada a sua posição *one-down* na relação conjugal, muitas vezes subjacente a um padrão relacional característico do *terrorismo íntimo*⁴ (Johnson e Ferraro *cit. in* Rosen, *et al.*, 2005). Pela análise qualitativa do ASRI, verificou-se que as respostas relativas a *itens* que envolvem uma dinâmica relacional com um companheiro foram menos assertivas para o grupo das mulheres vítimas de violência conjugal; porém, nos restantes *itens* não se observaram discrepâncias. Este dado pode explicar a inexistência de diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos e levar a considerar que, de facto, não são as características individuais que explicam as relações violentas, mas sim as dinâmicas relacionais. Assim, as vítimas de violência conjugal não seriam pessoas menos assertivas, mas, possivelmente, respondem de forma menos assertiva ao seu companheiro.

3.4. Estilos de coping

No que respeita aos *estilos de coping*, registou-se uma associação negativa, moderada e estatisticamente significativa entre a *expressão de sentimentos* [(«aumento da consciência do stress emocional e pessoal e a tendência concomi-

⁴ O «terrorismo íntimo» refere-se a um padrão de violência conjugal assimétrico, no qual o agressor (masculino) desfere agressões psicológicas e/ou físicas com o objectivo de controlar totalmente a sua companheira. Este padrão de violência usufrui de maior possibilidade de escalar até níveis de agressão severa (e.g., homicídio) (Johnson e Ferraro *cit. in* Rosen, *et al.*, 2005).

tante para exprimir ou descarregar esses sentimentos» (Pais-Ribeiro e Rodrigues, 2004: 10)] e a sugestionabilidade, no grupo de participantes não vítimas. Assim, parece que esta estratégia de *coping* focada nas emoções, de acordo com Rick Howard e Seok Hong (*cit. in* Gudjonsson, 2003), estaria relacionada com um aumento da sugestionabilidade, no grupo 2.

Os dois grupos diferem de forma estatisticamente significativa relativamente ao estilo de *coping autodistração* [«desinvestimento mental do objectivo com que o stressor está a interferir, através do sonho acordado, dormir ou autodistração» (Pais-Ribeiro e Rodrigues, 2004: 10)]. Assim, o grupo das mulheres vítimas de violência conjugal parece fazer maior uso desta estratégia de *coping*, em comparação com o grupo 2. O *coping autodistração* é uma estratégia para fazer face aos problemas focalizada nas emoções, isto é, constitui um esforço para regular o estado emocional associado a eventos *stressantes* (Folkman e Lazarus *cit in* Antoniazzi, Dell'Aglio, e Bandeira, 1998). Desta forma, associar-se-ia positivamente com a sugestionabilidade (Howard e Hong *cit. in* Gudjonsson, 2003). Contudo, no presente estudo essa relação não se verificou, podendo sugerir que esta estratégia no grupo das mulheres vítimas de violência conjugal não teve um impacto directo, suficientemente forte, ou que o seu efeito foi atenuado por outros processos. Relativamente a este resultado, também pode ser relevante ter em conta que, na maioria dos casos de violência conjugal, as estratégias de *coping* centradas nas emoções podem ser especialmente úteis e, muitas vezes, as únicas passíveis de serem utilizadas por estas mulheres (pelo menos a curto prazo). Aliás, Roger Mitchell e Christine Hodson (*cit. in* Lee, *et al.*, 2007) preferem utilizar a distinção entre estratégias activas e passivas de *coping* (em vez de estratégias centradas nas emoções e estratégias centradas no problema), considerando as primeiras especialmente favoráveis à saúde mental da mulher vítima de violência conjugal.

Conclusão

Não obstante a crescente formação dos profissionais que operam no contexto judicial, designadamente no âmbito da violência conjugal, os procedimentos de inquirição (de suspeitos, vítimas ou testemunhas) utilizados são, por vezes, orientados por técnicas que não promovem a obtenção de relatos rigorosos nem minimizam a vulnerabilidade emocional das vítimas. Vários estudos mostram que em mulheres vítimas de violência conjugal estão presentes algumas características que podem potenciar a sugestionabilidade, como por exemplo, problemas mnésicos e perturbações de ansiedade.

Todavia, contrariamente ao esperado, a partir da revisão teórica da temática sobre violência conjugal e sugestionabilidade, os resultados obtidos na GSS 2 indicam que as participantes vítimas de violência conjugal são menos sugestionáveis do que as participantes não vítimas. O facto das participantes neste estudo recorrerem ao auxílio prestado por instituições vocacionadas para o apoio especiali-

zado a vítimas de violência conjugal poderá ter conduzido à atenuação do impacto da situação de vitimação, mediante a adoção de uma postura proactiva e a mobilização de estratégias que possam conferir resistência à sugestão. Tal condição poderia ter como consequência o favorecimento da aproximação deste grupo de participantes ao grupo das participantes não vítimas⁵. No entanto, características como hipervigilância e desconfiança face aos outros, muitas vezes presentes em mulheres vítimas de violência conjugal (Almeida, 2001; Machado, Matos, e Gonçalves, 2006), ao diminuírem a *confiança interpessoal*, um dos factores essenciais à ocorrência de vulnerabilidade à sugestão, poderão ter contribuído para o resultado observado quanto à sugestionabilidade interrogativa.

Note-se, porém, que estas explicações devem ser entendidas como hipóteses equacionadas a partir da informação fornecida pela literatura relevante. Por outro lado, os resultados encontrados devem ser considerados atendendo às limitações da amostra do presente estudo (tamanho relativamente pequeno, ausência de representatividade e número elevado de variáveis medidas).

Contudo, trata-se de um estudo pioneiro em Portugal, contribuindo, modestamente, para colmatar a ausência de estudos publicados sobre a sugestionabilidade interrogativa em mulheres vítimas de violência conjugal. Assim, afigura-se necessária a realização de outros estudos que superem as limitações deste, nomeadamente, considerando vítimas de violência conjugal que ainda não estejam a receber apoio especializado e envolvendo amostras representativas deste tipo de população. É também essencial que novos estudos possam contribuir para pôr em causa ideias, patriarcalmente orientadas, acerca dos papéis da mulher (e do homem) na sociedade e na família e prejudiciais ao tratamento dado a mulheres vítimas deste tipo de violência, no contexto judicial.

Referências Bibliográficas

- Alarcão, Madalena (2006), *(Des)Equilíbrios familiares: Uma perspectiva sistémica*, Coimbra, Quarteto.
- Almeida, Sofia (2001), «A Violência Conjugal», in Luísa Ferreira Silva (org.), *Acção social na área da família*, Lisboa, Universidade Aberta, pp. 251-282.
- Antoniazzi, Adriane, Dell'Aglio, Debora e Bandeira, Denise (1998), «O conceito de coping: Uma revisão teórica», *Estudos de Psicologia*, 3 (2), pp. 273-294.
- Bravo, Teresa (2009), *Género e justiça: que igualdade para o século XXI?*, [em linha] disponível em <http://www.scribd.com/doc/11352164/Genero-e-Justica-que-Igualdade-para-o-Sec-XXI> [consultado em Outubro 2010].
- Baxter, James e Boon Julian (2000), «Interrogative suggestibility: the importance of being earnest», *Personality and Individual Differences*, 28 (4), pp. 753-762.
- Brown, Noelle (2007), *Source memory and picture superiority effect*, Dissertação de Mestrado, University of Central Florida, Florida, 35 pp.

⁵ Agradecemos esta indicação a um/uma dos/as revisores/as anónimos/as do presente trabalho.

- Canavarro, Maria Cristina (1999), «Inventário de sintomas psicopatológicos – BSI», in Mário R. Simões, Miguel M. Gonçalves e Leandro S. Almeida (org.), *Testes e provas psicológicas em Portugal* (vol. II), Braga, APPORT/SHO, pp. 95-109.
- Canavarro, Maria Cristina (2007), «Inventário de sintomas psicopatológicos (BSI): Uma revisão crítica dos estudos realizados em Portugal», in Mário R. Simões, Carla Machado, Miguel M. Gonçalves e Leandro S. Almeida (org.), *Avaliação Psicológica: Instrumentos validados para a população portuguesa* (vol. III), Coimbra, Quarteto, pp. 305-331.
- Coimbra, Artemisa (2007), *Crónicas de mortes anunciadas – violência doméstica, imprensa e questões de género em articulação com a educação da cidadania*, Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto, 181 pp.
- Friedman, Lester, & Shulman, Neil (1990), «Domestic violence – the criminal justice response», in Arthur Lurigio, Robert Davis e Wesley Skogan (org.), *Victims of crime: Problems, policies and programs*, Newbury Park, Sage, pp. 53-85.
- Gudjonsson, Gisli (1997), *The Gudjonsson Suggestibility Scales Manual*, Hove, Psychology Press.
- Gudjonsson, Gisli (2001), «False confession», *Psychologist*, 14, pp. 558-591.
- Gudjonsson, Gisli (2003), *The psychology of interrogations and confessions: A handbook*, Chichester, Wiley.
- Gudjonsson, Gisli, & Clark, Noel (1986), «Suggestibility in police interrogation: a social psychological model», *Social Behavior*, 1, pp. 83-104.
- Herzberg, Sharon, Chan, Esther e Katz, Judith (1984), «The development of an assertiveness self report inventory», *Journal of Personality Assessment*, 48 (3), pp. 317-323.
- Howard, Rick e Hong, Seok (2001), «Effects of coping style on interrogative suggestibility», *Personality and Individual Differences*, 33 (3), pp. 479-485.
- Lee, Joohee, Pomeroy, Elizabeth e Bohman, Tom (2007), «Intimate partner violence and psychological health in a sample of asian and caucasian women: The roles of social support and coping», *Violence and Victims*, 22, pp. 709-720.
- Lieberman, Joel (2002), «Head over the heart or heart over the head? Cognitive experiential selftheory and extralegal heuristics in juror decision making», *Journal of Applied Social Psychology*, 32 (12), pp. 2526-2553.
- Machado, Carla (2005), «Violência nas famílias portuguesas: um estudo representativo na região Norte», *Psicologica*, 40, pp. 173-194.
- Machado, Carla, Matos, Marlene e Gonçalves, Miguel (2006), *Manual da Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (E.C.V.C.) e do Inventário de Violência Conjugal (I.V.C.)*, Braga, Psiquilíbrios.
- Matos, Marlene (2002), «Violência conjugal», in Carla Machado, Miguel Gonçalves e Rui Abrunhosa (org.), *Violência e vítimas de crime* (vol. II), Coimbra, Quarteto, pp. 81-130.
- Matos, Marlene (2005), «Avaliação psicológica de vítimas de maus tratos conjugais», in Carla Machado e Rui Abrunhosa (org.), *Psicologia Forense*, Coimbra, Quarteto, pp. 159-186.
- Matos, Marlene e Machado, Carla (1999), «Violência Conjugal e o Modelo de Intervenção em crise», *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 1, pp. 373-387.
- Neves, Sofia (2008), *Amor, poder e violências na intimidade*, Coimbra, Quarteto.
- Pais, Elza (2010), *Homicídio conjugal em Portugal: rupturas violentas da conjugalidade*, Lisboa, Hugin.
- Pais-Ribeiro, José e Rodrigues, Ana (2004), «Questões acerca do coping a propósito do estudo de adaptação do *Brief Cope*», *Psicologia, Saúde & Doenças*, 5, pp. 3-15.

- Pimentel, Sílvia (1998), *Estupro: Crime ou Cortesia?*, Porto Alegre, Sérgio António Fabris Editor.
- Polczyk, Romuald, Wesolowska, Bogumi, Gabarczyk, Agnieszka, Minakowska, Iwona, Supska, Magdalena e Bomba, Ewa (2004), «Age differences in interrogative suggestibility: a comparison between young and older adults», *Applied Cognitive Psychology*, 18 (8), pp. 1097-1107.
- PSP – Polícia de Segurança Pública (2007), *Programas especiais – violência doméstica*, [em linha] disponível em <http://www.psp.pt/Pages/programasespeciais/violenciadomestica.aspx?menu=2> [consultado em Novembro de 2010].
- Rosen, Karen, Stith, Sandra, Few, April, Daly, Kathryn e Tritt, Dari (2005), «A qualitative investigation of Johnson's typology», *Violence and Victims*, 20 (3), pp. 319-334.
- Silva, Luísa Ferreira (1995), *Entre marido e mulher alguém meta a colher*, Porto, À Bolina Editores.
- Snodgrass, Joan G. e Vanderwart, Mary (1980), «A standardized set of 260 pictures: Norms for name agreement, image agreement, familiarity, and visual complexity», *Journal of Experimental Psychology: Human Learning & Memory*, 6, pp. 174-215.

Diana Cunha. Mestre em Psicologia Clínica e da Saúde – subárea de especialização em Psicologia Forense, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra; Pós-graduada em Avaliação e Intervenção com Crianças e Adolescentes, pelo Centro de Reabilitação, Intervenção e Apoio Psicológico; Assistente Convidada na Escola Superior de Educação de Viseu. diicunha@gmail.com

Maria Salomé Pinho. Doutorada em Psicologia, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (FPCEUC); Professora Auxiliar da FPCEUC (leciona unidades curriculares do Mestrado Integrado em Psicologia e do curso de Doutoramento em Neuropsicologia). Orientadora de teses de mestrado e doutoramento. Interesses de investigação: funcionamento e avaliação da memória e, neste âmbito, além de autora de várias publicações, é membro da equipa de projectos de investigação. salome@fpce.uc.pt

Artigo recebido em 5 de Julho de 2010 e aceite para publicação em 4 de Abril de 2011.